



SEMINÁRIO DE PROJETOS DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO LITORAL DO PARANÁ – 17 DE ABRIL DE 2026

Projeto: *Gestão participativa para o ordenamento de pescarias, controle de espécies não nativas e fortalecimento de Unidades de Conservação no Complexo Estuarino de Paranaguá.*

Instituição/Identificação: III Meros Gestão Participativa 17/2024

Chamada de projetos: 17/2024

Coordenação: Matheus Oliveira Freitas

1. Principais pontos discutidos

Durante a apresentação, foram apresentados os resultados parciais do projeto voltado à gestão participativa para ordenamento de pescarias artesanais, comerciais e amadoras, controle de espécies não nativas e fortalecimento do TCSA no Complexo Estuarino de Paranaguá. O projeto envolve monitoramento participativo com pescadores, diagnóstico da pesca amadora e ações de comunicação e sensibilização voltadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.

Foi informado que o projeto atua principalmente nos municípios de Guaraqueçaba, Paranaguá, Pontal do Paraná e Guaratuba, envolvendo pescadores de diferentes comunidades do litoral. Segundo a apresentação, o monitoramento participativo foi implementado junto a pescadores que atuam com armadilhas (“gaiolas”), especialmente voltadas à captura de baiacus e siris, permitindo registrar também espécies não nativas e espécies ameaçadas capturadas incidentalmente.

A equipe relatou que o monitoramento participativo foi estruturado com pescadores locais contratados mediante prestação de serviço. Foram fornecidas caixas padronizadas, celulares e treinamento para envio sistemático de registros fotográficos das capturas, sendo monitoradas mais de duas mil gaiolas durante o período do projeto.

Foi destacado que os registros apontaram elevada incidência do peixe-sapo (*Opsanus beta*) e do siri-capeta em determinadas regiões do complexo estuarino, especialmente nas regiões da Ilha das Peças e Ilha do Amparo. Também foi apontado que em Antonina houve baixa ocorrência dessas espécies, hipótese atribuída à influência fluvial e menor salinidade.

A apresentação também detalhou o diagnóstico da pesca amadora, realizado por meio de acompanhamento de postagens online, monitoramento de campeonatos e entrevistas com pescadores e guias. Segundo a equipe, já foram registradas centenas de operações de pesca e milhares de peixes monitorados. Foi relatado que o projeto atua desde 2017 com ações relacionadas ao robalo, incluindo marcação, medição e soltura de indivíduos em torneios de pesca esportiva.

Também foi informado que o projeto realiza capacitações voltadas a pescadores e guias de pesca esportiva, abordando boas práticas de manejo, soltura e redução de mortalidade dos peixes capturados. Segundo a equipe, os torneios de pesca esportiva acompanhados pelo projeto exigem que os peixes sejam devolvidos vivos em boas condições.



Foi informado que amostras do peixe-sapo foram encaminhadas para análises de contaminantes em parceria com a Fiocruz. Segundo a equipe, os resultados irão subsidiar a definição sobre a possibilidade de consumo humano da espécie. Caso o consumo seja considerado seguro, o projeto pretende desenvolver oficinas culinárias e estratégias para utilização comercial da espécie; caso contrário, será incentivado o abate e descarte adequado dos indivíduos capturados, como estratégia de controle da espécie invasora.

Durante a discussão, foram feitos questionamentos sobre a ocorrência de pesca esportiva dentro do Parque Nacional do Superagui, destacando que a atividade é proibida na unidade.

Em resposta, foi informado que existe intensa atividade de pesca irregular na região, principalmente associada a operações vindas do Ariri, Cananéia e outras localidades de São Paulo. Segundo a equipe, parte significativa dessas operações envolve pesca predatória e elevada mortalidade de robalos. Também foi relatado que muitos pescadores desconhecem que determinadas áreas são unidades de conservação de proteção integral.

Foi discutida a ausência de ações estruturadas de fiscalização da pesca no interior das unidades de conservação. Durante a discussão, foi informado que o ICMBio não possui estrutura suficiente para fiscalização pesqueira e que atualmente muitas demandas são encaminhadas à Polícia Ambiental. Também foram relatadas dificuldades operacionais, ausência de efetivo e necessidade de atuação integrada com outros órgãos ambientais e de segurança.

Ao longo da discussão, foi apontada a necessidade de fortalecimento de ações de comunicação, sinalização e educação ambiental voltadas às unidades de conservação, especialmente no Parque Nacional do Superagui, Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais e Parque Estadual do Boguaçu. Foram discutidas estratégias como produção de placas, adesivos, cartazes, mapas georreferenciados e materiais voltados às marinas, guias e pescadores.

Também foi informado que já vêm sendo realizadas ações de sensibilização em marinas e locais de concentração de embarcações, em parceria com outros projetos apoiados pelo Programa. Foi relatado ainda que existe planejamento de sinalização náutica e instalação de balizas em áreas do Parque Nacional do Superagui.

Durante a discussão, foi destacada preocupação com os relatos atividade pesqueira irregular em unidades de conservação de proteção integral e indicada a possibilidade de que futuros projetos de continuidade incorporem ações mais estruturadas de comunicação, sensibilização e apoio à conservação. Também foi reforçada a importância da utilização dos dados produzidos pelo projeto como subsídio às estratégias de gestão e fiscalização.

Na sequência, foram feitos questionamentos sobre possíveis problemas de relacionamento do projeto com o Mopear, o Fórum ou outras organizações locais, considerando que outros projetos já haviam relatado conflitos semelhantes.

Em resposta, foi informado que o projeto não enfrentou conflitos significativos durante sua execução. Segundo a equipe, ocorreram apenas alguns questionamentos pontuais relacionados ao uso de imagens do território e participação em reuniões comunitárias, mas sem restrições relevantes ao desenvolvimento das atividades do projeto.

Também foi relatado episódio em que integrantes de movimentos locais questionaram suposta assinatura do Instituto Meros do Brasil em documento relacionado a conflitos envolvendo a Reserva Biológica e comunidades indígenas. Segundo informado durante a apresentação, posteriormente foi esclarecido que o documento não havia sido assinado pela instituição.

Na continuidade, foram realizados questionamentos sobre a forma de seleção dos pescadores contratados pelo projeto e eventual indicação por parte de movimentos sociais ou organizações locais.

Em resposta, foi informado que os pescadores foram escolhidos principalmente com base em histórico prévio de parceria e participação em projetos anteriores, envolvendo pescadores de Barbados, São Miguel, Antonina, Ilha do Amparo e Guaraqueçaba. Também foi afirmado que não houve indicação formal por parte de movimentos locais para contratação dessas pessoas.

Ao final da discussão, foi proposta a realização de reunião específica entre os projetos, ICMBio, forças de fiscalização e Ministério Público Federal para apresentação dos dados produzidos e discussão de estratégias integradas de fiscalização, sinalização e educação ambiental relacionadas à pesca irregular em unidades de conservação.

2. Sugestões e recomendações

- Fortalecer ações de comunicação, sinalização e educação ambiental relacionadas às restrições de pesca em unidades de conservação de proteção integral.
- Ampliar estratégias de sensibilização junto a marinas, operadores de pesca, guias e pescadores amadores sobre limites e regras das unidades de conservação.
- Utilizar os dados produzidos pelo projeto como subsídio para ações integradas de fiscalização ambiental e ordenamento pesqueiro.
- Manter e ampliar o monitoramento participativo junto a pescadores locais, considerando os resultados obtidos pelo projeto.
- Dar continuidade às ações de capacitação de pescadores e guias de pesca esportiva relacionadas às boas práticas de captura e soltura.
- Fortalecer articulação entre projetos, ICMBio, Polícia Ambiental, Ministério Público e demais instituições envolvidas na gestão e fiscalização das unidades de conservação.

3. Encaminhamentos

- Realização de reunião específica entre projetos, ICMBio, órgãos de fiscalização e Ministério Público para apresentação dos dados relacionados à atividade pesqueira irregular e definição de estratégias integradas de atuação.
- Desenvolvimento de materiais de comunicação voltados à sinalização das unidades de conservação e restrições de pesca, incluindo placas, adesivos, cartazes e mapas georreferenciados.

- Articulação entre equipe do projeto, ICMBio e equipe de comunicação do Programa para produção de materiais educativos e informativos.
- Continuidade das ações de monitoramento participativo junto às comunidades e pescadores parceiros do projeto.
- Continuidade das análises de contaminantes do peixe-sapo em parceria com a Fiocruz.
- Avaliação da possibilidade de ampliação territorial das ações do projeto para áreas associadas ao Ariri e Cananéia, considerando a conectividade ecológica e o fluxo de pescadores entre Paraná e São Paulo.

4. Pontos que exigem definição futura / manutenção das ações

- Definição das estratégias integradas de fiscalização da pesca irregular em unidades de conservação.
- Continuidade das ações de monitoramento participativo e marcação de peixes realizadas pelo projeto.
- Definição sobre viabilidade de consumo humano do peixe-sapo a partir dos resultados das análises de contaminantes.
- Continuidade das ações de capacitação de pescadores e operadores de pesca esportiva.
- Implementação das estratégias de comunicação e sinalização das unidades de conservação discutidas durante a reunião.
- Avaliação sobre formas de integração entre projetos apoiados pelo Programa para compartilhamento de informações e apoio às ações de conservação.

5. Contribuições e apontamentos adicionais a serem considerados pelo projeto